

Cristovam admite privatização do metrô e descarta investimentos

O governador Cristovam Buarque admitiu, durante entrevista concedida à TV Bandeirante, na noite de segunda-feira, a possibilidade de privatizar o metrô. "Estamos fazendo grandes negociações com o setor privado, oferecendo, por exemplo, algumas estações. Além disso, se alguém estiver interessado, não será fácil, mas há a possibilidade de privatização", declarou o governador, enfatizando que, a partir de então, o governo estaria isento de qualquer investimento em obras e manutenção.

"Desde que eles terminassem

o metrô e o governo não tivesse que colocar mais nada, isto poderia ocorrer. Mas vender um metrô não é como negociar um sapato", argumentou Cristovam Buarque. Ele ainda lembrou que as obras foram paralisadas no governo interior. Em agosto de 94 iniciaram-se as paralisações e, em outubro, todos os trabalhos foram suspensos. "Queremos recomeçar as obras, mas sem usar dinheiro dos salários dos professores e médicos", acrescentou.

Cristovam Buarque criticou a última administração do GDF, di-

zendo que "houve tempo em que não se aumentava o salário dos servidores, mas se fazia o metrô". O secretário de Comunicação, Moacir de Oliveira, afirmou ontem que não existe qualquer proposta concreta do governo visando à privatização do metrô. Segundo ele, o GDF vem discutindo com empresários locais possíveis parcerias para a conclusão das obras.

Proposta— Há cerca de 15 dias, em um encontro entre governo e empresários da construção civil, foi estabelecido que, em menos de um mês, em nova reunião, os empresá-

rios apresentariam propostas e alternativas para o metrô. A partir das sugestões, o GDF poderia concretizar parcerias.

Foi cogitada a exploração comercial de estações do metrô e terrenos limítrofes à obra, como contrapartida aos empresários que concluiriam os trabalhos interrompidos. Atualmente, o governo deve R\$ 5 milhões às empreiteiras do consórcio Brasmetrô por serviços já realizados e R\$ 300 milhões ao BNDES. Para concluir as obras ainda são necessários R\$ 350 milhões.